

“NÃO SOU RACISTA, MAS...”: MOTIVAÇÕES LINGUÍSTICAS E HISTÓRICAS DA PROVERBIAL RETÓRICA À BRASILEIRA PARA A NEGAÇÃO DO RACISMO

Paulo Sérgio de Proença*

Resumo

A expressão “não sou racista, mas...” é muito frequente nas redes sociais. Quem o utiliza é ou não racista? Este artigo analisa o valor linguístico e histórico da expressão. O caminho metodológico escolhido é a pesquisa bibliográfica. Para a primeira parte da análise serve-se de elementos da Pragmática e da Retórica; para a segunda, de dados históricos afins. Ao que tudo indica, ela veicula racismo de forma ostensiva, embora tenha intenção de negá-lo.

Palavras-chave: Negação do racismo; Linguagem; História.

Abstract

“I AM NOT A RACIST, BUT ...”: LINGUISTIC AND HISTORICAL MOTIVATIONS OF PROVERBIAL BRAZILIAN RHETORIC FOR DENIAL OF RACISM

The expression “I am not racist, but ...” is very frequent in social networks. Who uses it is racist or not? This article analyzes the linguistic and historical value of the expression. The methodological path is bibliographical research. For the first part of the analysis, it uses elements of Pragmatics and Rhetoric; for the second, it presents related historical data. In any case, it carries out ostensibly racism, although she intends to deny it.

Keywords: Denial of racism; Language; History.

Se acessarmos as redes sociais e portais de busca na internet, vamos talvez nos surpreender com o uso da expressão “não sou racista, mas...”, completada de formas diversas, todas com teor marcadamente racista. Esse procedimento, no Brasil, é curioso, porque, aqui, a maioria reconhecer haver racismo, mas apenas uma mínima parte da

população se reconhece racista. O recurso linguístico, então, precisa ser examinado.

Bakhtin e Saussure, por vertentes teóricas e motivações diversas, já disseram que a linguagem é fenômeno social. Em “não sou racista, mas...”, particularmente, há fios, não apenas linguísticos, que desenrolam fatores históricos com os quais dialoga. É

* Doutor, Professor Adjunto na UNILAB-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: pproenca@unilab.edu.br

exatamente esse o objetivo deste trabalho. Para isso, em primeiro lugar, serão analisadas as dimensões linguístico-argumentativas da expressão, em sua constituição interna e em seus efeitos de sentido. Em seguida, serão buscadas elementos históricas com os quais a expressão está vinculada e nos quais podem ser encontradas as razões para explicá-las.

O resultado disso é que o racismo existiu e continua existindo, apesar dos esforços, conscientes ou não, para negá-lo, o que é comprovado pelo uso copioso da expressão “não sou racista, mas...”.

Aspectos argumentativos e linguísticos

Nem a matéria linguística da estrutura “não sou racista, mas...” nem seu valor argumentativo podem ser desprezados para a avaliação consistente dos efeitos que ela tem e da função que exerce na sustentação e reforço de princípios racistas. A configuração linguística define a relação entre os membros que a compõem, enquanto a dimensão argumentativa diz algo sobre os efeitos de convencimento e de persuasão que o conjunto produz sobre o auditório (ouvintes ou leitores).¹

Aspectos da estrutura linguística

A estrutura linguística dessa construção oferece elementos indispensáveis para a verifi-

¹ Há diferença entre convencer e persuadir. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, a distinção depende do ponto de vista. Sob o foco do resultado, “persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação” (2002, p. 30); sob o ângulo do caráter racional da adesão, “convencer é mais do que persuadir”. Assim, chama-se “persuasiva a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e [...] convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (2002, p. 31).

cação da presença ou ausência de motivação racista dos que dela se servem.

Uma pergunta inicial e necessária é esta: qual é o papel do “mas”? Trata-se de uma conjunção, classificada pela gramática como *adversativa*, por unir duas proposições pelo elo de oposição. A oração introduzida por *mas* contém sentido contrário à anterior e sobre ela prevalece: “não estou com fome, *mas* vou comer alguma coisa”. Pela nossa experiência de vida e visão de mundo, sabemos que quando estamos sem fome, não comemos; em outras palavras, estar sem fome e comer são ideias opostas; além disso, pelo exemplo, percebe-se que prevalece a ideia introduzida pelo conector *mas*: quem diz isso vai, de fato, comer alguma coisa. A propósito, Fiorin apresenta este exemplo, acrescentando que há uma *instrução* sobre a maneira de interpretar o papel que o *mas* desempenha (2003, p. 169): a) Marcelinho joga muito futebol, mas é desagregador; b) Marcelinho é desagregador, mas joga muito futebol. A estrutura nos dois casos é a mesma (*A, mas B*); o que muda é a ordem das ideias. A diferença de sentido é a seguinte: no primeiro caso, o falante não quer Marcelinho; no segundo, sim. Com isso, fica ainda mais evidente a prevalência da ideia contida na oração introduzida por *mas*.

Neves (2000) diz, a respeito da oposição entre as orações unidas por *mas*, que há relação por ela chamada de *desigualdade*, na qual coloca-se “o segundo segmento como de algum modo diferente do primeiro, especificando-se essa desigualdade conforme as condições contextuais (p. 756). O valor semântico do *mas* é explicado por essa autora, de forma exaustiva; um de seus sentidos possíveis é o seguinte: “Nas relações de **desigualdade** há aspectos especiais marcados pelo uso do MAS. A desigualdade é utili-

zada para a **organização da informação** e para a **estruturação da argumentação**. Isso implica a manutenção (em graus diversos) de um dos membros coordenados (em geral, o primeiro) e (também em graus diversos) a sua negação” (NEVES, 2000, p. 757; grifos do original).

A segunda parte da citação acima é clara: na relação entre duas proposições coordenadas por *mas*, a segunda nega a primeira. Essa relação, estritamente linguística, é de suma importância para a análise da estrutura “não sou racista, mas...”. Assim, por exemplo, quando alguém diz “não sou racista, *mas* não gosto de pretos”, fica evidente a conclusão anteriormente feita: a segunda parte (“[...] *mas* não gosto de pretos”) nega a primeira (“não sou racista [...]”); portanto, quem diz isso (ou tantas outras coisas nessa estrutura, com a manutenção da primeira parte) é, sim, racista, por negar que não é racista, por causa da instrução da conjunção *mas*. É, embora diga que não.²

Ocorre a tentativa de negar, no nível da manifestação (parecer) o que não é assumido em outro nível (ser). Esse fenômeno pode ser atribuído ao constrangimento que a defesa ostensiva de racismo pode provocar, além de ser fato *politicamente incorreto*, punível criminalmente, inclusive³. Mas o que está na balança não é somente isso; esse

jogo de afirmar-negar o racismo é histórico, no Brasil, como se verá adiante.

Resumindo, pode-se dizer que a estrutura *A, mas B* indica a prevalência de B em relação a A e, por causa disso, há oposição entre as partes: B nega A. No nosso caso, como A é uma oração negativa (“Não sou racista...”), a estrutura adversativa a nega; temos, então, uma negação da negação, o que equivale a uma afirmação. Ou seja, quem usa a estrutura linguística “não sou racista, mas...” é racista; e não assumido.

Aspectos e efeitos linguístico-pragmáticos

Decorrentes dessa dimensão linguística, há os elementos de natureza pragmática (que são linguísticos e extralinguístico), que vão aqui separados apenas para efeito de ênfase.

Para esta parte, seguimos Fiorin (2003), que define Pragmática desta forma: “ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística [...] estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seus usos” (2003, p. 166). Há palavras e frases que só se compreendem na situação concreta de fala e é daí que surge a relevância dessa disciplina linguística.

Os filósofos da linguagem John Austin e Paul Grice deram o ponto de partida para o nascimento e desenvolvimento da Pragmática. Para Austin, a linguagem não tem função descritiva, mas prática: é ação, pois os seres humanos, ao falar, realizam atos; além disso, deve-se considerar que a linguagem comunica mais do que está registrado em enunciados, porque evocam-se conteúdos implícitos, conforme enfatiza Fiorin (2003, p. 166).

Nesse sentido, é preciso estudar o uso, porque o sentido dos enunciados pode im-

2 Essa operação pode ser explicada de outra forma, com a negação da inferência (NEVES, 2000, p. 762), caso em que ocorre “a negação de um argumento enunciado anteriormente. No primeiro segmento há a asseveração, com admissão de um fato; no segundo segmento expressa-se a não-aceitação da inferência daquilo que foi asseverado”.

3 Oliveira (2004, p. 82) sugere que manifestação de racismo pode ser inconsciente: “[...] mesmo quando não se trata de esconder intencionalmente o preconceito, ele se manifesta frequentemente de maneira irrefletida e a falta de consciência do ator sobre suas atitudes preconceituosas eventualmente esboçadas não é de todo surpreendente”.

plicar em outros aspectos extralinguísticos; daí a importância do contexto, que pode sugerir, inclusive, que determinados enunciados não devem ser literalmente compreendidos. Falantes podem preferir comunicar significados de maneira indireta, por diversas razões.

Duas distinções importantes devem ser feitas: significação x sentido; frase x enunciado. Frase é o “ato linguístico caracterizado por uma estrutura sintática e uma significação calculada com base na significação das palavras que a compõem”. Já enunciado é “frase a que se acrescentam as informações retiradas da situação em que é enunciada, em que é produzida”. A partir dessa diferença, é possível admitir que uma mesma frase pode estar vinculada a diversos enunciados. A significação é o “produto das indicações linguísticas dos elementos componentes da frase”. O sentido, por sua vez é a “significação da frase acrescido das indicações contextuais e situacionais” A frase é estudada pela Sintaxe e pela Semântica; o enunciado, pela Pragmática (FIORIN, 2003, p. 168). Em nosso caso (não sou racista, mas...), a frase é traída pelo enunciado; o sentido é corrigido pela significação.

A estrutura linguística “não sou racista, mas...” pode ter seu alcance melhor compreendido a partir dessas noções pragmáticas, sobretudo a partir da ideia de que certos enunciados não podem ser literalmente interpretados; no nosso caso, isso se refere à primeira parte da estrutura, inclusive por razões pragmáticas que serão ainda expostas; por ora, fica a indicação de que essa primeira parte da estrutura *A*, *mas B* (não sou racista, mas...) explicita conteúdo preconceituoso, em contexto de violência simbólica.

Elemento pragmático interessante, que contribui para esta discussão é a teoria das

faces: “Face é o amor próprio do sujeito. Há uma face positiva e uma negativa. Aquela deriva da necessidade de ser apreciado e reconhecido pelo outro, é a boa imagem que o sujeito tem de si mesmo; esta é a necessidade de defender o eu, é o seu território” (Fiorin, 2003, p. 175).

Como as pessoas, em alguns casos, procuram salvar sua face e atacar a do outro, para isso adotam comportamentos ameaçadores em relação ao interlocutor; se este tem face negativa, busca-se reforçá-la, por meio da invasão de território, com ordens, conselhos e ameaças; se, por outro lado, a face do outro é positiva, busca-se a destruição dessa imagem, com reprimendas, refutações e críticas, se se quer torná-la negativa. É o que ocorre quando se utiliza a expressão “não sou racista, mas...” que, na prática, produz o efeito pragmático de reforçar a face negativa dos negros.⁴

Na nossa expressão, a primeira parte se constitui esforço para salvar a face do falante que, conscientemente ou não, admite que a segunda parte, introduzida por *mas*, é racista (e, por isso, pode ferir a sua face), antecipando-se ao raciocínio do leitor ou ouvinte. Quem nega que é racista (embora seja) está defendendo a face; está se antecipando para anular efeitos negativos do pressuposto da segunda oração da estrutura *A*, *mas B*, na qual o elemento *B* só pode ser defendido por quem é, de fato, racista.

4 Esse ataque à face dos negros é marca da discriminação e exclusão social de que eles são vítimas; é o que Oliveira (2004, p. 82) chama de discriminação cívica: “[...] a discriminação cívica contra os atores que têm sua dignidade negada no plano ético-moral pode ser revertida no momento em que a identidade desvalorizada é relativizada, e abrem-se perspectivas de (re)integração no plano da sociabilidade. Desse modo, tal quadro caracterizaria não só o racismo, mas também a exclusão social à brasileira”. Como se vê, caso não houvesse esse ataque linguístico, haveria condições para a integração do negro ao convívio mais respeitoso.

Outros elementos de natureza pragmática que interessam são os pressupostos e os subentendidos, dos quais derivam as implicaturas, que dizem respeito a conteúdos implícitos. Os conteúdos dos atos de fala podem ser explícitos ou implícitos, que são as inferências baseadas em pressupostos e subentendidos, respectivamente. Para eles serem percebidos, devem estar marcados, seja no enunciado, seja na situação de comunicação.

O conteúdo explícito é denominado *posto* e é o alvo da comunicação. O *pressuposto* é a informação que não é abertamente nomeada e, assim, não é alvo da mensagem, mas percebida e desencadeada pelo enunciado em que figura, independentemente da situação de comunicação.

Os pressupostos devem ser tomados por verdadeiros, o que é necessário para a validade dos enunciados. Os implícitos são construídos pelos pressupostos. Esse mecanismo é um recurso argumentativo, pois “introduzir no discurso um dado conteúdo sob a forma de pressuposto implica tornar o interlocutor cúmplice de um dado ponto de vista, pois ele não é posto em discussão, é apresentado como algo aceito” (Fiorin, 2003, p. 182). Os pressupostos não são passíveis de negação, interrogação e encadeamento dos postos. “A pressuposição aprisiona o leitor ou o ouvinte numa lógica criada pelo produtor do texto, porque, enquanto o posto é proposto como verdadeiro, o pressuposto é, de certa forma, imposto como verdadeiro. Ele é apresentado como algo evidente, indiscutível” (Fiorin, 2003, p. 182). Por exemplo, quando alguém pergunta se parou de chover, pressupõe-se que estava chovendo anteriormente; como se vê, sem a pressuposição a comunicação não se sustenta.⁵

5 Aqui pode ser feita aproximação com a teoria do texto, no que diz respeito a aspectos de coerência relativos ao dado e ao novo: a informação

Há diferenças entre pressuposto e subentendido: o pressuposto é uma afirmação indiscutível (apresentada como tal); o subentendido é de responsabilidade do ouvinte. Na estrutura analisada, se o ouvinte percebe a contradição do enunciado, reconhece no enunciador da estrutura *A, mas B* um racista (no conteúdo aqui demarcado), embora o enunciado procure negar isso. O subentendido é *quem não gosta de pretos é racista* (dedutível da parte B); daí o esforço contido na parte A em negar o subentendido; instala-se a contradição, para cuja neutralização é a criação da estrutura *A, mas B*.

O pressuposto pode ser contestado, mas é formulado para não ser. O subentendido é construído para que o falante, caso seja interpelado, possa, apegando-se ao sentido literal, negar que tenha dito o que efetivamente quis dizer. O subentendido é um meio de o falante proteger-se.⁶ No nosso caso, a tentativa de proteção reside na primeira parte da estrutura adversativa.

Essas considerações, aplicadas à estrutura *A, mas B* (“não sou racista, mas não quero que minha filha se case com um negro”), apresenta resultados interessantes: como o elemento B prevalece e tem pressuposto racista, o elemento A, que faz parte do posto, procura negar o pressuposto (quem não quer que sua filha case com um negro é racista). Ocorre que o pressuposto sustenta a comunicação e não pode ser negado, sob

nova, desconhecida, se apoia no dado anteriormente já conhecido, tomado como pressuposto para sustentar a adição de elementos novos. O conhecimento de mundo, o conhecimento partilhado, a situacionalidade e a contextualização são fatores de coerência; a partir disso é possível fazer inferências a partir das informações novas (KOCH; TRAVAGLIA, 1990).

6 O falante alega não ser racista; se o interlocutor não percebe ou não assume o subentendido, prevalece o elemento A da estrutura, o que não é previsto na instrução de sentido da conjunção *mas*.

pena de invalidação do enunciado; assim, a negação do pressuposto não alcança seu objetivo, instalando uma contradição, pois se alguém não quer que sua filha case com um negro, então é racista. Como, então, diz que não é racista?

Aspectos argumentativos

A contradição apontada tem vínculos não apenas com a estrutura linguística, mas também com a dimensão argumentativa. A estrutura *A, mas B* justapõe ideias opostas; contudo, como vimos, em “não sou racista, mas...”, há um desequilíbrio de estrutura e de conteúdo, que instaura uma contradição:

“Não sou racista, mas eu quero que meu filho seja branco”.

Se a primeira parte fosse afirmativa, teríamos:

“Sou racista, mas eu quero que meu filho seja branco”.

Nesse caso, a primeira parte seria semanticamente correspondente à segunda e a conjunção *mas* não caberia; teríamos, então:

“Não sou racista, mas eu quero que meu filho seja branco”

Há, nessa hipótese, equilíbrio de conteúdo e de estrutura que faz equivaler as duas proposições:

“Eu sou racista” = “eu quero que meu filho seja branco”

O grande complicador é que quem se serve dessa estrutura para expressar esse conteúdo não quer admitir que é racista (quer proteger a sua face); é por isso que há a necessidade do emprego do advérbio de negação no início; isso provoca o desequilíbrio estrutural e semântico:

“Eu *não* sou racista” ≠ “eu quero que meu filho seja branco”

O desequilíbrio, percebido, exige a presença da conjunção *mas*. No entanto, ocorre

que o equilíbrio é apenas estrutural, porque, semanticamente, passa a haver uma contradição; ora, se não sou racista, meu filho pode (deve?) ser negro.

Assim, essa contradição diz respeito ainda mais à dimensão argumentativa. Esse fenômeno é discutido por Perelman e Obrechts-Tyteca (2000), que discorrem sobre argumentos fundados no princípio da não contradição (violado pela estrutura *A, mas B*, em nosso caso). Fiorin, comentando o argumento da não contradição, diz “[...] alguma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo” (2015, p. 139). Esse princípio vale para a amplitude de um mesmo sistema, visto que pode haver essa possibilidade, por exemplo, no reino da ficção e da religião (por exemplo: ser homem e ser Deus). Além disso, Perelman e Obrechts-Tyteca fazem distinção entre contradição e incompatibilidade. Aquela é a oposição de uma ideia e de sua negação e atribuição de dois atributos contraditórios (é mau e bom); a contradição, por sua vez, diz que duas proposições não podem coexistir no mesmo sistema, sem negar-se logicamente. No sistema biológico não se pode dizer que uma virgem teve filho (FIORIN, 2015, p. 140). Já no mítico isso pode ocorrer, pois um Deus não pode nascer como outros seres humanos.

Um princípio retórico importante diz que os argumentos baseados no conflito de interesses devem fundar-se no princípio da não contradição, para que não se tornem invalidados facilmente. Já vimos que a estrutura *A, mas B*, para finalidade racista, fere esse princípio e, assim, deve ser invalidada.

Outro recurso argumentativo que merece ser lembrado é o da definição (“não sou racista” é uma definição), vinculado ao princípio da identidade. Para Perelman e Obrechts-Tyteca (2000) as definições são fundadas

no princípio da identidade, porque não há uma maneira unívoca de definir uma pessoa ou um objeto. As definições procuram “convencer o interlocutor de que um dado significado é aquele que deve ser levado em conta. Por isso, elas podem ser conflitantes” (FIORIN, 2015, p. 118). Um efeito retórico produzido, então, por “não sou racista, mas...” (em que na primeira parte há uma negação e a segunda nega a primeira, ou seja, nega uma negação), pela força da definição, tende a convencer o interlocutor de que o falante não é racista. Mas...

Fiorin (2015, p. 121) chama a atenção para o conflito da definição que está na frase “Não sou X, mas...”; ele exemplifica com a mesma estrutura aqui analisada, mas com outro conteúdo: “não sou homofóbico, tenho muitos amigos gays, mas não posso ver dois homens andando de mão dada”; conclui o autor que quem diz isso é homofóbico.

As dimensões linguística e argumentativa da expressão “não sou racista, mas...” indicam que a estrutura tem descompassos: o nível linguístico aponta desajustes entre o ser e o parecer: alguém que é racista não quer ser percebido como tal, apesar de defender explicitamente ideias racistas. Em outras palavras: quem é racista não se assume. Por que isso?

Motivações históricas para a negação e a permanência do racismo no Brasil

As formulações da linguagem mantêm as contradições de seus usuários, apesar dos ardis criados para mascará-las. Nesse sentido, pode haver motivações históricas para a criação e utilização da estrutura “não sou racista, mas...”, algumas das quais serão examinadas a seguir; outras serão apenas sugeridas.

Aspectos históricos, políticos, literários, científicos e religiosos

Sidney Chalhoub analisa a escravidão no panorama histórico do país do séc. XIX, principalmente em sua segunda metade, a partir dos escritos de Machado de Assis. Ele aponta um recurso da elite política de então, batizado como a “arte de bordejar”, para indicar o jogo conveniente de negar a escravidão no nível público e mantê-la vigorosa nas estruturas do Império, com o consequente adiamento *sine die* da resolução do problema: “o Brasil imperial oferecia ao mundo o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão, mas quase ninguém queria dar um passo para viver sem ela”⁷ (CHALHOUB, 2003, p. 141). Além disso, o Brasil era o último país que ainda mantinha a escravidão no mundo ocidental, o que o isolava internacionalmente. Como se pode ver, é antiga a prática de falar uma coisa em uma instância e negá-la em outra, o que provocou esquizofrenia identitária.

Quanto à Literatura, é importante lembrar que o séc. XIX foi um período de formação da identidade nacional, característica muito marcante no romantismo. É significativo que ao negro não foi permitido entrar, de forma digna e ativa, na configuração étnica criada pela ideologia romântica, lugar que é ocupado pelo índio, como se pode ver nos romances de José de Alencar.⁸ O ro-

7 Isso, na prática, equivale a “não somos racistas”, no nível do parecer.

8 Alencar teve companhias ilustres, como Joaquim Manuel de Macedo, autor de *Vítimas alagozes*, obra que tematiza a virulência dos escravos e o perigo que isso representa para os brancos, razão pela qual não eram favoráveis à escravidão; *O demônio familiar*, peça de Alencar, se move sobre esse mesmo terreno; esses autores não questionam nem condenam a escravidão que, em última instância deforma a humanidade; pelo contrário, abonam a inferioridade dos negros.

mantismo despreza a presença africana e sua descendência no Brasil como elemento fundador da nação: “a ficção romântica é capaz de idealizar uma origem mestiça para os brasileiros, porém só a imagem indígena servirá de estofa literário para os autores da época. Duas obras fundamentais sobressaem sob esse aspecto: *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865), de José de Alencar” (RUFFATO, 2009, p. 22). Nessas obras só é retratada a combinação do elemento europeu com o nativo, com intencional apagamento da presença negra.

Machado de Assis, escritor de ascendência africana, é acusado de fazer vista grossa à questão; mas isso é fruto de desconhecimento de sua obra ou possível resultado da forma com que foi pintado pela crítica (insensível ao tema da escravidão), que teve a intenção de branqueá-lo. A forma de narrar machadiana é marcada por acentuada ambiguidade e isso pode estar relacionado a essa esquizofrenia identitária da nacionalidade: o país não assume o que é e busca aparentar o que não é. Schwarz reconhece (em Machado) o fenômeno da *volubilidade* de seus narradores, nas obras da maturidade: “[...] o narrador não permanece igual a si mesmo por mais de um curto parágrafo” (2000, p. 30). Há acentuação deliberada de aspectos autoritários e perversos da volubilidade (que evoca a elite política e econômica). Para o crítico, “o Brasil se abria ao comércio das nações e virtualmente à totalidade da cultura contemporânea mediante a expansão de modalidades sociais que se estavam tornando a execração do mundo civilizado” (2000, p. 39). Como o tráfico negreiro era considerado pirataria pelo Direito Internacional e condenado pela religião, moral, política e economia, o Brasil, para se projetar e se firmar no panorama internacional, prometia a abolição da escravatura, mas internamente

contrário acontecia. Assim, a volubilidade dos narradores e de personagens de Machado se homologam à volubilidade da alma nacional, deduzida da esquizofrenia identitária, aqui, no que diz respeito à relação com a escravidão.

A ciência no século XIX muito contribuiu para a construção da suposta inferioridade dos negros, baseada em dados físicos, dada a primazia epistemológica das ciências biológicas. O darwinismo social (apesar de Darwin ser antirracista), de certa forma, legitimava a escravidão e o domínio branco.

A ciência foi apoio e inspiração para construção ideológica que assumia a inferioridade dos negros. O francês Arthur de Gobineau defendia com veemência a desigualdade das raças humanas; esteve no Brasil de 1869 a 1870. Para ele, haveria a degeneração genética do Brasil em menos de 200 anos; para isso, a única saída seria a purificação com o sangue europeu; para a classe dominante, Gobineau era voz autorizada a justificar a escravidão. Disso nasceu a explicação segundo a qual o atraso brasileiro se explicava pela suposta inferioridade racial do povo e não do sistema escravista (CHIAVENATO, 2012, p. 153). No Brasil, Raimundo Nina Rodrigues assume esse ponto de vista. Além dele, Oliveira Viana e Silvio Romero (1851-1914) preconizaram o branqueamento como a solução racial para o Brasil. Chiavenato avalia assim o papel que a ciência desempenhou em relação à escravidão, no Brasil: “No fim da escravidão o racismo adotou uma política efetiva, que avançou pelo século XX, aproveitando-se da emergência do fascismo. Por isso, é importante destacar, mesmo rapidamente, os intelectuais, que representaram a cultura oficial e receberam estímulos para abastecê-la ideologicamente: antes, para legitimar a escravidão; depois,

par justificar a exploração de classes, que reduziu o negro a cidadão de última categoria” (2012, p. 155).

O mito da democracia racial também teve participação decisiva nesse processo; reforçou a ideia de que no Brasil não há racismo, apoiado na circunstância de que no Brasil houve convivência aparentemente pacífica entre negros e brancos. A tese de Gilberto Freyre ainda hoje é evocada para a defesa desse princípio.

Otávio Ianni (2004) considera que, no Brasil, a ideia de democracia racial se deve ao fato de que a escravatura aqui teria sido diferente, devido à índole pacífica do povo brasileiro. Isso seria ideologia das elites do Brasil, resultado de invenção de tradições e “pasteurização da realidade”. Para Ianni, Gilberto Freyre foi uma matriz importante, pois estudou a sociabilidade, tendo sido precursor dos estudos sobre identidade e cotidiano; contudo,

[...] alguns estão valorizando esses estudos para contrapô-los às teses de Florestan Fernandes e de Caio Prado, já que estas são muito incômodas. As elites sempre foram contra esses estudos. Ou, frente a eles, ficam indiferentes. Esse pensamento [de Gilberto Freyre] está presente em Jorge Amado, Roberto DaMata, Darci Ribeiro etc., todos com a melhor das intenções, pensando que aproveitando esse potencial democrático ilusório, ele se tornaria verdadeiro.

Por fim, é importante registrar que esse autor reconhece no Brasil um cenário contraditório sobre racismo; aqui, o que há é uma sociedade injusta, fundada no preconceito: “É uma negação da ideia de democracia racial porque se ela existe, todos estão participando em situação de igualdade, mas sabemos que não é isso o que acontece”.

A religião não ficou indiferente; foi apoio importante para o fortalecimento da ideo-

logia escravista. A Igreja Católica apoiou a escravidão; bulas papais autorizaram a invasão da África; Nicolau V, o grande humanista, que fundou a Biblioteca do Vaticano, autorizou portugueses a apresar negros, saracenos e inimigos de Cristo. A justificativa: os negros seriam batizados e a escravidão seria para “salvar-lhe as almas”. A Igreja Católica recebia comissões dos traficantes (5%) e os papas concediam indulgências aos portugueses: se morressem nessa missão estariam limpos de qualquer pecado (CHIAVENATO, 2012, p. 77-78). A Igreja e muitos sacerdotes possuíam escravos; além disso, a Bíblia era usada para justificar o sofrimento dos escravizados, comparado ao sofrimento de Cristo.

Desdobramentos: invisibilização e segregação de negros

Em nossa história social formou-se uma cultura racista, que teve desdobramentos indesejáveis nos períodos posteriores. A cultura escravista nos eixos escravo-senhor ainda vive no Brasil.

A estrutura senhorial-escravista está ainda arraigada no imaginário do brasileiro; além dos espaços simbólicos acima indicados, expande-se, por exemplo, na organização espacial de nossas cidades, que reproduz o imaginário ideológico do escravismo, figurado na relação casa-grande x senzala, que corresponde hoje à relação centro x periferia. Os espaços (urbanos e rurais) se organizam nesta lógica: ao centro corresponde o espaço da casa-grande, com todos os privilégios possíveis (serviços, proteção policial, infraestrutura, etc.); à periferia resta o esquecimento na oferta de condições de vida: falta água, asfalto, escolas, transporte, policiamento adequado para a defesa da vida

e não para o extermínio a que a população negra está condenada.⁹ A Abolição foi decretada (para inglês ver); a escravidão continua, como meio de exploração. O liberto, sem profissionalização, ficou à margem da produção. Um ex-senhor afirmou que podia melhor explorar os negros, pagando os salários com a venda de alimentos, conforme registra Faoro (2009, p. 572: “Nada lhes dou; tudo lhes vendo, inclusive um vintém de couve ou leite (...). Pois bem: esse vintém de couve e leite, o gado, que mato, a fazenda que compro por atacado, e que lhes vendo a retalho, e mais barato que na cidade, dão quase para o pagamento do trabalhador.

Assim, sob o ponto de vista econômico, a escravidão não acabou (nem o preconceito, sob o ponto de vista social). Atestam isso dois programas federais de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. Segundo Pontes (2017), ao amparo do PETE-Programa de Combate ao Trabalho Escravo, há no Ministério Público Federal 459 inquéritos criminais contra suspeitos de submissão à escravidão, entre 2009 e 2016. Depois de quase 130 anos da Abolição, o país ainda luta contra esse crime perverso, agravado por outro afim, o abuso do trabalho infantil, combatido também por outro programa oficial federal, o PETI-Programa de Combate ao Trabalho Infantil.

A elite brasileira gostava da escravidão,

9 Já são fartos os índices que escancaram esta triste realidade: os negros, principalmente os jovens, são exterminados em nosso país. O Brasil reconheceu o fato em 20/03, na OEA-Organização dos Estados Americanos, o extermínio de jovens negros no Brasil (GELEDÉS, 2015). Além de evidências estatísticas, são fartos também estudos que o denunciam. Fernandes e Monteiro (2014), por exemplo, apontam a violência física e simbólica que se esconde nas estatísticas policiais e carcerárias. Os esforços para branquear o Brasil ainda estão vigorosos e seduzem até os negros que, afinal, compõem também em boa parte a força policial que aterroriza as periferias negras de nossas cidades.

apesar de odiar os escravizados. Programas de incentivo à imigração dirigida a europeus brancos, como alternativa produtiva à Abolição, são evidências de que os negros foram preteridos na composição étnica ideal da nação; além de ser alternativa econômica, apresentava a vantagem de embranquecer o país. Na prática, isso foi oferta de cotas para europeus virem para o Brasil. Considerados inferiores, os negros foram vítimas de uma segregação social, sobretudo porque o ideal de nação que aqui se firmou foi e ainda é o de nação branca. Isolar e apagar o elemento negro foram as estratégias adotadas.

Apesar de ser maioria da população brasileira, a nação negra não aparece ainda hoje; está ausente da mídia, das peças de propaganda, dos postos de comando, dos lugares de privilégio; ganham menos do que os brancos. Demonizam a religião e manifestações culturais dos negros; depreciam a cor da pele, o tipo de cabelo, a forma do nariz – tudo é feio. Esses princípios são reforçados em praticamente todos os ambientes: vias públicas, clubes, igrejas, locais de trabalho; mas é na escola que encontram eco mais pernicioso, que produzem desdobramentos negativos para a formação da identidade de nossas crianças¹⁰. Com o bombardeio negativo perene aos negros, eles mesmos acabam achando que o mundo branco é melhor e acabam contribuindo para o reforço da branquitude¹¹. Negros e negras constroem

10 Recentemente foi percebido o efeito nocivo que o bullying provoca nas pessoas, sobretudo crianças. Entretanto, poucos notam que não só as crianças negras, mas todos os negros sofrem bullying, no Brasil, há séculos, com xingamentos e desqualificação cotidiana, piadas e outras ações depreciativas. No tempo da escravidão isso não apenas era permitido, mas também incentivado.

11 A branquitude é um sistema que reproduz e pereniza as desigualdades raciais. Uma obra que se ocupa do tema é *Psicologia social do racismo*. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, organizado por Maria Aparecida Silva

novo exílio diaspórico, agora de si mesmos, quando se negam ser aquilo que de fato são.

A invisibilidade do negro é bem sintetizada por Oliveira (2015, p. 24-25):¹²

Por muito tempo os descendentes de africanos no Brasil conviveram com o estigma de que sua cor era uma maldição divina, sua cultura era obscurantista e bárbara, que sua religiosidade era demoníaca, sua inteligência limitada, e que sua aparência não correspondia aos ideais de beleza do mundo civilizado, branco, ocidental. Negros e negras foram banidos da televisão, das novelas, dos comerciais, dos filmes e dos livros escolares. A história contada na escola é branca; a beleza mostrada nos meios de comunicação é branca e tudo que enaltece a nossa sociedade é branco.

Um exemplo breve, mas tocante, sobre essa invisibilização pode ser buscado em documentos oficiais, como é o caso da página do IBGE sobre o censo de 2010 da cidade de São Francisco do Conde (BA); na página do portal do Instituto referente à síntese histórica da cidade, temos isto:

A diversidade de etnias que ajudou a construir São Francisco do Conde culturalmente está presente no cotidiano da cidade. As palmeiras imperiais, símbolo da administração portuguesa, estão por toda parte, as construções coloniais são majestosas e conservam a memória da região. Os Tupinambás e os Caetés Negros deixaram de legado, entre outras coisas, uma rica gastronomia. O min-

Bento e Iray Carone, Editora Vozes. Fora do Brasil, pontifica Frantz Fanon, filósofo e psiquiatra martinicano, que escreveu, dentre outros livros, estes: *Pele negra, máscaras brancas* e *Os condenados da terra*.

12 A propósito desta invisibilização, Oliveira nota que, se o negro é invisível em espaços sociais privilegiados, em outros ele é presença permanente: “no Brasil das favelas, das periferias, das chacinhas, da violência e da miséria a presença do negro e da negra torna-se bastante visível e concreta e, desta forma, a política de segregação mantém o negro invisível e à margem da sociedade apesar de sua presença ser maciça” (2015, p. 25).

gau de farinha de milho, a tapioca e o preparo do peixe assado na folha de bananeira são exemplos dessa herança. No Município nasceu também Mário Augusto Teixeira de Freitas, idealizador e fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Considerando o aspecto de síntese (talvez por isso mesmo), é digna de nota a ausência total da presença negra no município (e, além disso, nenhuma referência é feita ao fato de o município ter participado de algumas insurreições populares. De fato, o município se destaca por ter participado em diversos movimentos de emancipação política no Brasil, tais como a Revolução dos Alfaiates (1798), a Independência da Bahia (1823), a Revolta dos Malês (1835) e a Sabina (1837).

O que choca, contudo, é o silêncio quanto à histórica presença negra no município, no portal do IBGE. Isso se torna ainda mais chocante porque, no excerto reproduzido, há menção honrosa à presença do índio e do branco. A tabela abaixo registra dados do censo de 2010 quanto à população que se autodeclara preta ou parda:¹³

Tabela 1. Dados do censo 2010 (autodeclaração quanto à cor da pele)

Critério	Valor: Número
População residente	33.183
População residente - cor ou raça - Parda	16.878
População residente - cor ou raça - Preta	13.278

Fonte: IBGE

13 Há oscilação de referência. Negro, preto, pardo, mulato, etc., são matizes de uma gradação cujo objetivo é apagar o negro; a amplitude linguística (como se fosse um tabu a pronúncia ou a escrita desses termos) é tentativa eufemística de fuga, é negação da existência do negro, distanciando-o do branco e projetando-o para o lugar do não-ser, da não-existência.

Em 2010, 90,87% da população da cidade se autodeclarou preta ou parda.¹⁴ A grande concentração de negros no município se deve ao elevado número de escravizados que para aqui foram mandados, sobretudo para trabalhar no clico do açúcar. São Francisco do Conde é um município negro.

Apesar da expressividade dos números, a página do IBGE (órgão oficial do Estado, especialista em estatística) silencia quanto à característica étnico-racial do município, apagando sua composição negra. Não é isso uma contradição? Esse ato falho (se a omissão não foi consciente) é prova convincente do esforço que há, inclusive em esferas oficiais, para a invisibilização do negro, no Brasil.

Mas, por que, então, esse esforço tentando de apagar a presença negra no Brasil? Por que não é assumido o preconceito contra os negros, no Brasil?

Nesse sentido, vale a pena verificar uma ocorrência recente na mídia eletrônica. A jornalista-antropóloga Yvone Maggie (2016), do portal G1 comenta os resultados do censo 2010 sobre a relação entre *raça* e *cor* e a renda per capita mensal de cada segmento, considerando os dados divulgados em novembro deste ano pelo IBGE. Os brancos (R\$ 1.020,00) e amarelos (R\$ 994,00) ocupam os dois primeiros lugares, respectivamente; indígenas (R\$ 345,00), pardos (R\$ 496,00) e pretos (R\$ 539,00) ocupam os últimos lugares, também respectivamente.

14 Esse percentual é muito significativo, porque há muitos negros que não se definem assim, por efeito ideológico avassalador da branquitude; é por isso que há tentativas de alisamento do cabelo, cirurgias para embelezamento de boca e nariz (para quem tem recursos financeiros), artifícios para alisamento de cabelo e utilização de cremes para clareamento da pele. É por isso também que o índice de pessoas que se autodeclararam negros ou pardos, no município indicado, é extremamente significativo.

Pergunta a analista: “O que significam estes números?”. Ela mesma responde: “o que os dados do Censo 2010 nos dizem é que há grande desigualdade entre o rendimento segundo a cor dos respondentes, mas infelizmente nada podem nos dizer sobre as causas desta desigualdade e muito menos que o racismo é a razão delas”. A primeira parte da resposta é óbvia; já a segunda (curiosamente introduzida por *mas*) é, no mínimo, desatenta (não seria uma “mentira”, como ela diz ser a explicação racial para a desigualdade?): ora, se está sendo comparada a renda a partir do critério *raça-cor* e se índios e negros ganham menos, a explicação não é o critério *raça-cor*?

Continua a jornalista, fazendo referência à explicação que atribui essas diferenças ao racismo dos brancos: “Então como explicar a diferença entre pretos e pardos? Se pardos ganham menos do que pretos, significa serem estes racistas em relação aos primeiros, ou que os pardos sejam mais discriminados do que os pretos?” (insinuando que a diferença de renda entre pardos e pretos seria consequência do racismo dos pardos), para concluir que as desigualdades não devem ter por explicação as diferenças relativas a *raça-cor*. Isso seria uma mentira que, por ter sido repetida muitas vezes nos últimos dez anos no Brasil, acabou sendo verdade, conclui Maggie.

A articulista demonstra desconhecer a realidade do racismo no Brasil, suas razões e motivações históricas; desconhece, também, esforços de nossa sociedade para branquear a população, criando mecanismos (inclusive linguísticos), para apagar a presença do negro, com criação de termos atenuantes, como *pardo* (categoria menos *preta*, o que muitos chamam purificação do sangue). Essa postura é bem representativa do dilema do Brasil lidar com ne-

gros e dos esforços em apagá-los de sua história.¹⁵

Continua a jornalista com esta ressalva, que muito interessa à nossa discussão: “Não estou dizendo que não existam racismo e discriminação no País. Estou apenas alertando para o fato de que não se pode dizer que é o racismo o causador das diferenças de rendimento por cor”. Embora não use o *mas* para fazer a junção (feita pelo *apenas*), há oposição entre as asserções, o que faz essa afirmação ser equivalente da estrutura *A, mas B*, analisada neste trabalho (não estou dizendo que não existam racismo e discriminação no País, *mas* estou apenas alertando para o fato de que não se pode dizer que é o racismo o causador das diferenças de rendimento por cor). A intenção, com isso, é defender-se da consideração de ela afirmar que o Brasil não haja racismo ou da presunção de ela ser racista, tudo porque foi percebido que as considerações defendidas têm teor racista, não assumido (conforme análise feita na primeira parte deste trabalho).

A jornalista conclui alertando para o perigo de ser considerado o fator étnico em estatísticas da espécie, aqui e alhures, porque podem induzir a políticas públicas equivocadas, dentre as quais está a adoção de cotas, no Brasil, concluindo, desta for-

ma, seu raciocínio: “Infelizmente, até agora, as interpretações errôneas do censo no Brasil têm levado a políticas públicas que induzem a divisões perigosas”. Ora, a divisão mais perigosa que sempre vivemos é a que existe entre brancos e negros, existente desde os primórdios de nossa história. Introduzir na discussão o tema raça-cor é perigo que divide? Para a jornalista, sim. Isso é mais um efeito da invisibilização dos negros.

A natureza da matéria é típica do pensamento predominante na mídia brasileira, que reproduz os ideais dos grupos dominantes, de ascendência branca. Não é negada a conclusão induzida de que, se os pardos e pretos ganham menos, é por que são incompetentes. Não seria por que a sociedade nega a eles as mesmas condições de cidadania que oferece para os brancos?

É isso o que está em jogo. Não é somente a realidade desigual que interessa, mas também as explicações para as desigualdades. A matéria representa o pensamento dominante no Brasil: naturalizar diferenças que devem ser entendidas à luz do preconceito racial que preside ao tratamento desumano que os negros temos recebido de forma recorrente na nossa história; negar conquistas, como a política de cotas, projetando elementos de divisão no grupo dos negros, sugerindo que pardos seriam preconceituosos contra os pretos, porque têm renda maior. Pardos e pretos são a mesma gente, divididos pela ideologia do branqueamento vigente no Brasil.

A matéria é eloquente exemplo de racismo não assumido contra os negros (como revela a expressão “não sou racista, mas...”, analisada na primeira parte deste trabalho), cujos efeitos perversos se multiplicam pela sociedade brasileira em geral e pela mídia, em particular.

15 Maggie escreveu o prefácio ao livro *Não somos racistas*: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor, do jornalista Ali Kamel; Miranda-Ribeiro (2006), ao resenhar essa obra, faz este comentário: “a leitura do livro desmente essa hipótese [não somos racistas] e confirma o inverso: o autor acredita piamente na afirmação que faz no título. Portanto, não me resta outra alternativa senão afirmar o contrário: somos racistas”. O livro atesta a permanência do racismo, sutil ou ostensiva, que estrutura a sociedade brasileira, de que faz parte a sua negação, como se depreende das ideias e textos de Kamel e Maggie; mas há tantos outros nessa trincheira preconceituosa.

Considerações finais

As práticas languageiras se desenvolvem nos cenários em que as interações humanas ocorrem, sem deixar de mostrar as tensões e contradições da vida em sociedade, apesar das tentativas que são feitas para esse fim.

É o caso da expressão “não sou racista, mas...”, estudada neste trabalho. A materialidade de seus aspectos linguísticos revela uma contradição em termos, porque quem se serve dessa expressão é, sim, racista, o que também fica evidente a partir dos elementos retóricos que nela estão investidos; o efeito de sentido pretendido da primeira parte é negar o racismo, mas a segunda parte da expressão o afirma.

É tendência em nossa tradição cultural essa esquizofrenia identitária em torno do racismo, que oscila entre negá-lo e afirmá-lo. Sua origem recua ao séc. XIX, pelo menos, época na qual são identificadas motivações históricas para isso. Na política, a “arte de bordejar” foi uma espécie de primeira manifestação dessa natureza; a literatura contribuiu para o apagamento do negro na constituição étnica do país nascente; procurou-se explicar a suposta inferioridade do negro por meios científicos, o que contribuiu para a solidificação da ideologia racista; a religião, por sua vez, não se ausentou, tudo abençoando mediante comissões sobre os lucros do tráfico negreiro e uso da Bíblia para, por meio do sofrimento, aproximar os escravizados do próprio Cristo.

Isso tudo não ficou no passado. Como o Brasil cultiva o ideal da branquitude, é preciso apagar e anular o protagonismo dos negros, relegando-os à invisibilidade ou à segregação social, o que, na prática, produz o mesmo efeito. Esses procedimentos foram vistos em uma página do IBGE sobre uma cidade baiana, São Francisco do Con-

de; também foram notados na mídia, em comentário sobre estatísticas oficiais sobre média de salários percebidos por diferentes segmentos étnicos. Com isso, conclui-se que os negros apanham: da polícia, da mídia, do governo; continuam a sofrer violência física e simbólica.

Com isso, atesta-se a permanência do racismo. Se não for pela ação integrada da polícia, da mídia e do governo, pelo menos será pelo uso da expressão “não sou racista, mas...”.

Referências bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FERNANDES, Gustavo; MONTEIRO, Fernando. Violência racial – A tentativa de redução do ser negro. 2014. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/violencia-racial-tentativa-de-reducao-ser-negro/#gs.rtoB9GI>. Acesso em: 31 jan. 2017.

FIORIN, José Luiz. **A linguagem em uso. In: Introdução à linguística I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 165-186.

_____. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GELEDÉS. Brasil reconhece extermínio da juventude negra em audiência na OEA. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/brasil-reconhece-extermínio-da-juventude-negra-em-audiência-na-oea/#gs.y8hzGso>. Acesso em: 05 fev. 2017.

IANNI, Octavio. O preconceito racial no Brasil. Entrevista. **Estudos Avançados**. vol.18, n.50. São Paulo. Jan.-Abr. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br> Acesso em: 18 nov. 2016.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

MAGGIE, Yvone. Racismo e censo. Disponível

em: www.g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2011/11/18/racismo-e-censo/ Acesso em: 18 nov. 2016.

MIRANDA-RIBEIRO, Paula. Somos racistas. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 375-377, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a12v23n2.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **Qual a cor da sua pele? Povo negro construindo identidades na diáspora**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Racismo, direitos e cidadania. In: *Estudos Avançados* 18 (50), 2004, p. 81-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a09v1850.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação. A nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PONTES, Felipe. Brasil tem mais de 450 inquéritos sobre trabalho escravo sem solução. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2017/01/28/brasil-tem-mais-de-450-inqueritos-sobre-trabalho-escravo-sem-solucao.htm> Acesso em: 28 jan. 2017

RUFFATO, Luiz. À flor da pele. In: RUFFATO, Luiz. (org.). **Questão de pele. Contos sobre preconceito racial**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

Recebido em: 02/06/2017

Aprovado em: 15/08/2017